

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
Lei nº 1571/97
De 13 de Maio de 1997

“ Dispõe sobre Isenção de Impostos”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL,
Estado do Tocantins, nos termos do que dispõe o art. 27, II da Lei orgânica do
Município, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, todos os proprietários de imóvel urbano, residentes em Porto Nacional, com idade igual ou superior a 65 (Sessenta e cinco) anos, com renda mensal que não ultrapasse a 01 (um) salário Mínimo vigente no País.

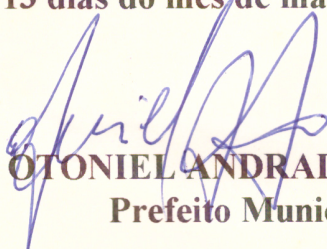
Parágrafo Único - O proprietário na faixa etária acima que possuir mais de um imóvel, só terá isenção sobre o que nele residir.

Art. 2º - Os pensionistas e aposentados cujos proventos sejam de até 01 (um) salário mínimo, ficam isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano . No caso de possuir mais de um imóvel, aplica-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 1º desta Lei.

Art. 3º - Ficam isentos também do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - os paraplégicos, os Esquisofrênicos e os totalmente cegos, surdos e mudos. No caso de possuir mais de um imóvel, aplica-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de Março de 1.997 revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, gabinete do Prefeito
Municipal de Porto Nacional -TO aos 13 dias do mês de maio de 1.997


OTONIEL ANDRADE COSTA
Prefeito Municipal